

**PROGRAMAS DE INCENTIVO
À LEITURA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DO PNLD
LITERÁRIO 2020**

*READING INCENTIVE
PROGRAMS IN BRAZIL: A
“PNLD-LITERARY 2020”
ANALYSIS*

Felipe Eversom Camargo Pontes¹
(UNEMAT)
Aroldo José Abreu Pinto²
(UNEMAT)

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGEL), na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* de Tangará da Serra. E-mail: felipe.uf@hotmail.com

² Doutor em Letras pela UNESP/Assis-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade do Estado do Mato Grosso/UNEMAT, *Campus* de Tangará da Serra-MT. Professor do Departamento de Letras, *Campus* da UNEMAT de Alto Araguaia-MT. e-mail: aroldoabreu@uol.com.br.

RESUMO: Há pelo menos quarenta anos discute-se a chamada “crise de leitura” no Brasil. Tal problemática pode estar associada a um falho espraiamento da educação pelo país. Cientes desse problema, os dirigentes da educação brasileira têm lançado diversos programas, ao longo dos anos, visando à melhoria nos índices de leitura entre os jovens, determinando a árdua tarefa aos professores - sobretudo os de Língua Portuguesa - por mais que os documentos oficiais, como PCN, defendam que a leitura seja uma atividade transdisciplinar e que, portanto, deve ser “exercitada” em todas as disciplinas do currículo básico. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma breve contextualização acerca dos programas de incentivo à leitura desenvolvidos no Brasil, atendo-se a um dos mais recentes, e talvez maiores, que é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em sua versão chamada “PNLD Literário”, que visa a distribuição de obras às escolas públicas brasileiras. Assim, analisaremos o último edital lançado, para distribuição de livros no ano de 2020, observando os critérios adotados para a seleção.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Programas de incentivo; Leitura na escola; Literatura para crianças e jovens.

ABSTRACT: For at least 40 years, this so-called “reading crisis” has been discussed in Brazil. This problem may be associated with a failed spread of education in Brazil. Aware of this problem, the directors of Brazilian education have launched several programs, over the years, aiming at improving reading rates among young people, determining the arduous task for teachers, especially those in the Portuguese language, no matter how much the official documents, as PCN, defend that reading is a transdisciplinary activity and that, therefore, should be “exercised” in all the subjects of the basic curriculum. In this sense, this research aims to present a brief contextualization about the reading incentive programs developed in Brazil, taking into account one of the most recent, and perhaps larger, which is the National Textbook Program (PNLD), in its version called “PNLD literary”, which aims to distribute works to Brazilian public



schools. Thus, we will analyze the last public notice issued for the distribution of books in 2020, observing the criteria adopted for the selection.

KEYWORDS: Reading; Incentive programs; Reading at school; Literature for children and young people.

Breve histórico dos programas de incentivo à leitura no Brasil³

Na virada do século XIX para o XX, o mundo vivia aquilo que os manuais de história normalmente classificam como *Belle Époque*, caracterizada por um grande sentimento otimista em relação à industrialização, exemplificada pela invenção da eletricidade, dos automóveis etc. No Brasil, esse momento histórico não foi diferente: o país se via numa transição de uma economia predominantemente agrária para o aparecimento das primeiras indústrias e fábricas, trazendo, às elites, novas necessidades. Todo esse contexto acentua a ânsia pela leitura entre as classes sociais mais abastadas:

Em primeiro lugar, entre 1890 e 1920, com o desenvolvimento das cidades, o aumento da população urbana, o fortalecimento das classes sociais intermediárias entre aristocracia rural e alta burguesia de um lado, escravos e trabalhadores rurais de outro, entra em cena um público virtual. Este é favorável, em princípio, ao contato com livros e literatura, na medida em que o consumo desses bens espelha o padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos, com os quais buscam ou a identificação (no caso da alta burguesia) ou a diferença (os núcleos humildes de onde provieram). (LAJOLO; ZILBERMAN, 1985, p. 27).

Desse modo, pode-se dizer que a leitura funcionava como um fator de diferenciação social entre a população do “novo Brasil”. As crianças não ficam de fora desse momento: ganham força as adaptações

e traduções de histórias infantis bem sucedidas na Europa, como os *Contos da Carochinha*, por Figueiredo Pimentel, e *As Mil e Uma Noites*, por Carlos Jansen. Além disso, surgem produções de caráter pedagógico entre escritores consagrados como Olavo Bilac, Coelho Neto, Francisca Júlia, Júlia Lopes de Almeida etc.

Porém, a outra face da industrialização foi a acentuação da desigualdade social, uma vez que as fábricas “criam” uma nova classe, a dos operários, grupo social advindo, majoritariamente, do campo, em busca do “sonho” da cidade grande. Essas pessoas, com pouca ou nenhuma instrução, passam a viver em cortiços e, posteriormente, em favelas. A necessidade de munir esses trabalhadores de conhecimento mínimo para o trabalho urbano levou a criação de campanhas de instrução, por meio da instituição de escolas públicas e movimentos de alfabetização.

Essa nova necessidade “desponta a preocupação generalizada com a carência de material adequado de leitura para crianças brasileiras” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1985, p. 28). Assim, na década de 1930, dois acontecimentos marcam a inauguração das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil: a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, pelo, então, presidente Getúlio Vargas, e o reconhecimento legal, por parte da nova Constituição Federal, em 1934, da educação como direito de todos e dever das famílias e do poder público.

Ainda nesta década, um outro acontecimento deve ser mencionado: a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, pelo Ministro Gustavo Capanema:

A gênese do INL foi um importante marco na questão da leitura, pois foi o primeiro órgão criado com o intuito de promover ações com foco na propagação do livro. O Instituto tinha por principais metas a elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário nacionais, bem como a expansão das bibliotecas pelo Brasil. (CORDEIRO, 2018, p. 1483)

Entretanto, o Instituto em questão tinha a característica de censurar obras que “violassem” a imagem do governo e do programa, sendo tiradas de circulação, ocasionando, inclusive, o fechamento de editoras. É importante lembrar que o governo de Vargas, entre os anos de 1930 e de 1945, caracterizou-se por uma ditadura, conhecida como “Estado Novo”. O caráter censurador do programa se estendeu, segundo Lajolo e Zilberman (1985), até a década de 1950.

Na década de 1960, é criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB):

Uma iniciativa interessante que visava ao intercâmbio entre as bibliotecas propondo um crescimento estruturado na organização e funcionamento das BPs, que seria uma espécie de ‘guardião’ do saber, um depósito da cultura erudita, que deveria ser organizado nas bibliotecas, porém, o incentivo à leitura do mesmo ainda é bem tímido (CALDAS, 2005, p. 86).

A iniciativa não foi bem sucedida pois, segundo Cordeiro (2018), não houve “ações de fomento a utilização dos espaços”. Logo em seguida, em 1966, já na ditadura militar, é criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), responsável pela distribuição de 51 milhões de livros, porém, também, pela repressão e censura a qualquer obra que veiculasse ideias contrárias às do governo.

Ao mesmo tempo, o aumento do número de escolas públicas no Brasil leva o direcionamento das produções editoriais às instituições, levando, assim, ao aumento exponencial de obras literárias direcionadas a crianças na década de 1970. Além disso, tida como “terreno neutro”, a literatura para crianças passa a ser atraente para alguns escritores que viam ali a possibilidade de “incitar a população e desenvolver nos pequenos leitores a necessidade de uma consciência crítica acerca da situação do país, de modo bastante metafórico.” (CORDEIRO, 2018, p. 1484).

Em 1979, com os recursos do FNDE, é criado o Programa de Desenvolvimento e Preservação do Livro (Prodelivro), que é substituído, em 1985, pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), do qual falaremos mais detalhadamente a partir da próxima seção. Por agora, continuamos a apresentar outras políticas públicas que ocorreram simultaneamente a este.

Em 1984, já na redemocratização brasileira, é criado o Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL), que “tinha como proposta a construção de salas de leitura para, na sequência, receber acervos compostos e enviados pelo projeto” (CORDEIRO, 2018). O programa atendia, inicialmente, somente a escolas municipais, deixando as estaduais de fora. Em 1989, passou a atender a estas, porém, em baixa escala, sendo encerrado em 1996.

No primeiro triênio de existência do PNSL – 1984, 1985 e 1986 –, foram entregues 4.131.049 títulos para 33.664 escolas. Já em 1988 ele sofre alteração em seu nome, que passa a ser Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares. Busca-se, assim, construir também bibliotecas escolares. No entanto, tais parcerias são feitas somente com prefeituras. Criaram-se em média 10.000 bibliotecas escolares. (CORDEIRO, 2018, p. 1485)

Em 1992, é criado o Pró-Leitura, uma parceria com o governo francês que visava à formação de professores, construção de bibliotecas e salas de leitura e envio de acervo às escolas. Porém, suas atividades foram encerradas em 1996. Também em 1992, foi criado o PROLER, programa existente ainda hoje, com um orçamento anual de 200 milhões de reais. Tem, entre suas ações:

Formação de uma rede nacional de incentivo à leitura; cursos de formação de promotores de leitura; assessoria para implementação de projetos de promoção da leitura; implementação da política de incentivo à leitura na Casa da Leitura, com cursos, palestras e outras atividades; criação da rede de referência e documentação em leitura; assessoria

para a implantação de bibliotecas para crianças, jovens e adultos; sistema de acompanhamento e avaliação (PROLER, 1998, p. 18).

A mais recente, entre as iniciativas de formação de leitores, é o Concurso Literatura Para Todos, cujo último edital data de 2010:

Promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECAD –, com recursos do MEC, o objetivo é lançar obras literárias especificamente para neoleitores jovens, adultos e idosos. Primeiramente, faz-se um concurso literário para seleção das obras e, posteriormente, reproduzem-se e distribuem-se as obras premiadas em escolas que tenham turmas de alfabetização e EJA. Podem se inscrever, por meio de edital, brasileiros maiores de dezoito anos e naturais de países com a língua portuguesa como oficial. Cada edital, disponível no site do MEC, seleciona dez obras, de gêneros variados. Até agora, foram lançados quatro editais, em 2005, 2007, 2009 e 2010. Vale ressaltar que, no último ano, 2010, o número de obras selecionadas diminuiu e foram premiadas apenas sete obras (Brasil, 2010). O interessante do Concurso Literatura para Todos é oportunizar aos escritores ainda não legitimados a oportunidade de ter sua obra divulgada. Em contrapartida, há padronização do projeto gráfico, mudando somente a cor da capa. O Literatura para Todos tem curta existência: o ano de 2010 marca-se por ser o último acervo selecionado. (CORDEIRO, 2018, p. 1487)

Finalmente, é importante ressaltar o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) que, existente desde 1997, distribui acervos literários e outros materiais pedagógicos e de atualização por todas as escolas públicas brasileiras. O programa busca “[...] democratizar o acesso de alunos e professores à cultura, à informação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade” (BRASIL, 2009).

Porém, o último edital do PNBE data de 2016, sendo, portanto, o PNLD o programa de formação de leitores mais recente em atividade no Brasil, uma vez que seu último edital data de 2019

sendo os livros direcionados às escolas em 2020. Dada tal atualidade, utilizamos, nesta pesquisa, o PNLD Literário como objeto.

A constituição do PNLD no Brasil

Conforme observado na seção anterior, os programas de livros no Brasil não são nenhuma novidade. Em quase cem anos, diversos foram os nomes recebidos, porém a prática não mudou muito: a escola é tida como um receptáculo dessas ações e, ao mesmo tempo, uma mediadora entre esses materiais e a comunidade, metonimicamente representada pelo aluno em idade escolar.

Não faz parte desta pesquisa discorrer detalhadamente acerca dos modos utilizados pelas escolas para estabelecer a relação entre os livros e a comunidade, focamo-nos, aqui, especificamente no que dispõem os documentos oficiais quanto à distribuição de livros a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, na próxima seção, quanto à sua versão específica para obras literárias.

A partir de consulta ao site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão pertencente ao Ministério da Educação responsável por políticas de financiamento da educação brasileira, encontramos a seguinte apresentação para o programa:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos

principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas.

O programa é criado em 1985, a partir do decreto no 91.542, de 19/08/1985, substituindo o antigo Plidef (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental). Entre as mudanças estabelecidas, pode-se ressaltar o caráter democrático do PNLD, uma vez que os livros didáticos passam a ser escolhidos pelos próprios professores. Além disso, os livros deixam de ser consumíveis, tendo de ser reaproveitados por três anos.

O financiamento do programa passa a ser exclusivamente federal, a partir da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), deixando de haver participação financeira dos estados.

O programa vai se estabelecendo devagar, deixando, durante algum tempo, de atender a todas as turmas do ensino fundamental (passa a atender somente os anos iniciais de 1993 a 1995, aumentando as disciplinas ofertadas gradativamente).

Em 1996, é publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos”, de 1ª a 4ª série, estabelecendo critérios de avaliação aos livros, como a exclusão de livros que apresentassem “erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo”.

Em 1997, a FAE é extinta e o PNLD passa a ser gerido diretamente pelo FNDE, assim, o programa é ampliado, sendo distribuídos livros da 1ª a 8ª série, em todas as disciplinas. Com o fortalecimento do programa, o ano de 2000 é marcado pela inserção de dicionários de língua portuguesa para alunos da 1ª a 4ª série no edital, bem como a entrega dos livros didáticos no anterior ao de uso (os livros de 2001 foram entregues em 2000, pela primeira vez). Em 2001, o programa se amplia oferecendo material em braile. Em 2003, é criado o PNLEM, estendendo o programa de livro didático ao Ensino Médio.

O PNLD literário

Como apresentado na seção anterior, o programa é criado em 1985 e passa por uma consolidação gradual, aumentando seus limites. Nesse ínterim, somente em 2017 é sancionado um decreto pelo presidente Michel Temer, regulamentando e especificando as ações do PNLD. O decreto no 9.099, de 18 de julho de 2017, se inscreve no contexto da nova Base Nacional Comum Curricular, ainda em processo de testes no momento desta pesquisa. Assim, passam a ser objetivos do programa:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação;
 - II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
 - III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
 - IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
 - V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
 - VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.
- (BRASIL, 2017)

Assim, fica evidente que o PNLD assume um caráter muito mais abrangente do que simplesmente garantir material didático às escolas públicas brasileiras, ele passa a ser um verdadeiro instrumento revolucionário na educação brasileira, objetivando uma formação cada vez mais integral ao estudante e ao professor (destacam-se os objetivos III, IV e V acima elencados).

Tal caráter se confirma a partir do exposto no 2º parágrafo do artigo 6º do decreto em análise, que assegura: “O PNLD distribuirá anualmente obras didáticas e literárias para uso em sala de aula pelos estudantes”. Isto é, o texto literário passa a configurar

um elemento outro, não se caracterizando como material didático ou paradidático, o que assegura uma real preocupação com o quarto objetivo, que é “fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes”, desdeditizando a atividade de leitura, prática tão comum nas escolas, como apontamos na primeira seção desta pesquisa.

Desse modo, constitui-se o chamado “PNLD Literário”, que seria um programa paralelo especificamente voltado à seleção de obras literárias pelas escolas. Assim, o primeiro edital, datado de 2018, era destinado especificamente à educação infantil, ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino médio (para o qual disponibilizava, além de obras em língua portuguesa, obras em língua inglesa), tendo, entre seus objetivos:

- 2.1.1 Avaliar obras literárias para uso em sala de aula pelos estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e ensino médio até o final dos seus respectivos ciclos de atendimento especificados neste edital.
- 2.1.2 Apoiar a formação dos acervos das escolas públicas, ampliando as oportunidades de uso individual dos estudantes de literatura de qualidade durante o ano letivo;
- 2.1.3 Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum-BNCC. (BRASIL, 2018, p.3)

Além disso, o edital também anunciava o seu caráter transitório, demonstrando que o PNLD Literário se circunscreve em uma ação sazonal de incentivo à leitura:

- 2.2 O PNLD 2018 Literário tem caráter transitório, possibilitando o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio no ano vigente.
- 2.2.1 Novos processos de inscrição e avaliação de obras literárias para

educação infantil, para anos iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio poderão ser previstas nos próximos editais do PNLD, de forma a atender as respectivas etapas de ensino com obras literárias e obras didáticas, conjuntamente. (BRASIL, 2018, p.3)

Neste estudo, propomo-nos a analisar exclusivamente o edital do ano de 2020, por isso, não nos ateremos de modo mais detalhado ao de 2018.

O edital 2020

O edital do PNLD 2020 foi publicado no ano de 2018, para que o processo de inscrição de editores, seleção e diagramação dos materiais ocorresse em tempo hábil e os livros fossem direcionados às escolas no ano letivo de 2020. Este edital foi unificado, contemplando tanto os livros didáticos quanto os literários.

É importante lembrar que o programa prevê a troca dos materiais didáticos das escolas de três em três anos. Sendo o edital anterior direcionado à educação infantil, ensino fundamental I (anos iniciais) e ensino médio, o de 2020 direciona-se exclusivamente ao ensino fundamental II (6º ao 9º ano).

Conforme o edital, os editores submetem tanto as coleções de livros didáticos quanto as obras literárias a uma espécie de concurso. Os materiais são avaliados por uma grande equipe técnica, das mais diversas áreas do conhecimento, seguindo rígidos critérios. É importante salientar que somente editoras podem participar do processo, não sendo possível que pessoas físicas, ou seja, escritores independentes, submetam suas obras ao processo.

Exemplares de livros didáticos são enviados a todas as escolas públicas do Brasil, que devem reunir a todos os professores de área para que, juntos, selecionem o material que melhor represente a realidade da escola e que melhor agrade às perspectivas do corpo



docente. Em seguida, por meio de uma plataforma digital, os professores escolhem duas opções de material entre os analisados por eles.

Já para as obras literárias, acontece de modo diferente: as escolas não recebem os livros físicos para que os professores possam ler e escolher aqueles que julgarem melhores. Cada editora envia uma cartilha com a apresentação de todas as suas obras, a categoria a qual pertence, os temas trabalhados, uma sinopse e outras informações gerais. A partir disso, os professores selecionam duas obras para cada segmento do ensino fundamental II, tendo apenas uma ideia do que contém naquela obra.

Essa situação ilustra bem o controle exercido sobre a literatura para crianças e jovens: primeiro, o controle exercido pelo próprio escritor do texto; depois, o controle dos editores; em seguida, o controle por perto da banca avaliadora; e, por último, o controle estabelecido pelos professores que, mesmo não tendo lido as obras, as escolhem pelos temas que julgam mais interessantes ou que suscitem um “trabalho” específico em sala de aula.

O edital 2020, na seção “Das características das obras”, divide-se em duas subseções: “Didáticas destinadas aos anos finais do ensino fundamental” e “Literárias destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa”. Destaque-se, como já mencionamos antes, a autonomia do texto literário que, mesmo inscrito num mesmo edital que os livros didáticos, apresenta seus próprios critérios de seleção e objetivos.

As obras são divididas em duas categorias. A primeira categoria abarca as obras direcionadas ao 6º e ao 7º ano do Ensino Fundamental, enquanto a segunda, ao 8º e 9º ano. Cada uma dessas categorias dispõe de sete temas que, alinhados à Base Nacional Comum Curricular, devem estar presentes nas obras. Entre os temas estão autoconhecimento, sentimentos e emoções, o mundo natural e social, encontros com a diferença, conflitos da adolescência etc.

O edital aponta que as obras podem apresentar “outros temas”, desde que especificados pelos editores. Além disso, podem, também, conter mais de um tema, mas não podem participar de mais de uma categoria. Não são aceitas obras que estejam em domínio público, originalmente escritas em Língua Portuguesa, porém são aceitas traduções, desde que respeitando os critérios estabelecidos. Os gêneros aos quais as obras devem pertencer são: poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; obras clássicas da literatura universal; livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.

Ao apresentar os critérios de seleção para as obras literárias, o edital esclarece que

As obras literárias para os Anos Finais do Ensino Fundamental, tanto as de língua portuguesa quanto as de língua inglesa, deverão potencializar entre os estudantes a capacidade de reflexão quanto a si próprios, aos outros e ao mundo que os cerca, proporcionando o contato com a diversidade em suas múltiplas expressões por meio de uma interação eficiente – e gradativamente crítica – com a cultura letrada, sem descuidar da sua dimensão estética (p. 49).

É importante destacar a preocupação humanística do edital em relação à seleção das obras, entendendo-as como propulsoras da construção do ser humano, concordando com o que Antônio Candido (2011, p. 175) propõe ao dizer que a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente.” Além disso, a preocupação com a “dimensão estética” demonstrada pelo edital revela um entendimento da literatura como obra de arte, muito além do que um mero veículo de ideias ou instrumento de formação, destituindo-a, assim, de um possível caráter utilitário.



O edital retoma, ainda, a Base Nacional Comum Curricular que estabelece à escola o papel de formar “leitores-fruidores”, que sejam capazes de “(re)conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, (re)agir, sentir e, pelo confronto com o que é diverso, desenvolver uma atitude de valorização e de respeito pela diversidade” (BRASIL, 2017, p. 154). Assim, o edital assume um caráter bastante progressista, buscando aliar o “Eixo Leitura” ao “Eixo Dimensão Cultural” presentes na BNCC:

Dessa forma, como assinala a BNCC, é necessário que os estudantes dos Anos Finais possam entrar em contato com “diferentes gêneros, estilos, autores e autoras” que sejam “contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses, africanos e de outros países” (BRASIL, 2017, p.154). Isso implica que as obras devem representar múltiplas variedades da língua portuguesa e diversidade no que tange à autoria (expressiva quantidade de autoras mulheres) e no que tange ao contexto de produção (devem ser apresentadas obras, por exemplo, de autores/as africanos/as) (p. 49).

Desse modo, são estabelecidos quatro critérios para a seleção das obras literárias: a qualidade do texto, a adequação temática, o projeto gráfico-editorial e a qualidade do manual do professor. Tais critérios, sobretudo os dois primeiros, serão analisados na próxima seção, em que discutiremos, a partir dos temas propostos pelo edital, “que leitor se espera formar” com essas obras literárias

O que se pretende “resolver”? Os temas propostos pelo edital

A partir de um estudo diacrônico da literatura direcionada a crianças e jovens, não só no Brasil, mas em todo o mundo, é notório um caráter pedagógico e utilitarista. Muitas das vezes, essas obras apresentavam baixíssima qualidade estética, visando, sobretudo, a inculcação de valores e de comportamentos para as crianças.

Por conta disso, a literatura chamada “infantil” passou a ser vista como menor, merecendo pouca preocupação por parte dos estudiosos. Porém, da segunda metade do século XX para os dias atuais, bons escritores, inclusive alguns prestigiados pelo “cânone”, passam a produzir textos de maior qualidade estética, o que promoverá a emancipação do “gênero”. Tal mudança de perspectiva certamente está associada à mudança no conceito de criança, uma vez que, para Hunt (2010, p. 291), “‘a criança’ é um conceito infinitamente variado, de uma casa para outra, e de um dia para outro”.

Essa discussão acerca da literatura para crianças e jovens enquanto gênero e da transformação da concepção de criança será desenvolvida no próximo passo de nossa pesquisa. Neste momento, pretendemos analisar apenas as categorizações efetuadas pelo edital.

Em primeiro lugar, é importante pontuar a preocupação com a “dimensão estética” dos textos a serem selecionados, demonstrada no primeiro critério de seleção das obras (qualidade das obras). Dentre as características literárias relacionadas pelo edital que deveriam estar constantes das obras, destacamos “a exploração de recursos expressivos da linguagem” (p.50).

O critério em questão ainda sinaliza como importantes, especificamente para os textos narrativos, as seguintes características como “a coerência e a consistência; a complexidade da ambientação; a caracterização multidimensional dos personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso dos personagens às variáveis de natureza situacional e dialetal” (p. 50). Já para os textos em verso,

será observada a ampla exploração das propriedades melódicas e dos aspectos imagéticos. Serão priorizados poemas com médio grau de complexidade e inventividade na linguagem, a fim de proporcionar uma transição gradual ao conteúdo do ensino médio (p.50).

É evidente que o edital considera como “qualidade” de uma obra literária o fator estético, o trabalho com a linguagem, os

aspectos artísticos do texto, promovendo o direito à literatura como um bem incompressível ao ser humano, como preconiza Candido (2011).

Além disso, no segundo critério de seleção das obras (adequação temática), é perceptível uma preocupação com a democratização dos temas a serem oferecidos aos jovens leitores, bem como a ampliação dos horizontes: “A seleção de obras será realizada com vistas à diversidade de temáticas e contextos sociais, culturais e históricos, o que inclui, por exemplo, as vivências de populações indígenas, africanas e afro-brasileiras” (p. 50).

Observa-se, também, um alinhamento às concepções de texto literário como uma obra aberta, a ser preenchida pelo leitor, posicionamento defendido sobretudo por teóricos como Umberto Eco e Wolfgang Iser.

Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente a opinião e o comportamento do leitor, devendo, diferentemente, proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando-o a estabelecer relações com suas experiências anteriores e outros textos. (p. 50)

Pode-se dizer, portanto, que o edital se posiciona no sentido de promover a leitura literária de qualidade, sem fins meramente pedagógicos, entendendo o texto literário como obra de arte e o jovem leitor como autônomo no seu processo de leitura.

Considerações finais

Percebemos que os temas, por si só, já apresentam uma pretensão bastante progressista e plural, com o objetivo claro de levar o jovem leitor a conhecer a si mesmo, a sociedade em que vive, conviver com as diferenças, conhecer a sua própria história,

desenvolver o pensamento crítico, a empatia, a sensibilidade, noções de cidadania e de atuação social, além de se “desprender” da realidade para que, no mundo da fantasia, possa reconstruir a si mesmo e ao seu mundo.

Com os detalhamentos dos temas, esse caráter plural do edital fica mais evidente com expressões como “construção da identidade e processos de amadurecimento”, “conflitos e aprendizagens advindos da interação com o outro”, “necessidade de um convívio democrático”, “valorizando-se o trabalho estético e imaginativo dos temas”, “problemáticas relativas à adaptação e ao pertencimento”, enfim, fica evidente a busca por construir um leitor que conheça diversas realidades, saiba respeitá-las, mas que saiba, ao mesmo tempo, apreciar um bom texto. Não se trata de ensinar pedagogicamente, mas de mostrar possibilidades que levem à reflexão e à construção dos próprios conceitos e caminhos do jovem leitor.

Desse modo, revela-se uma concepção de infância bastante progressista, no sentido de que a criança ou o jovem passam a ser protagonistas na sociedade. Assim, pode-se dizer que o edital caminha ao lado de concepções de infância e de literatura para crianças e jovens das mais atualizadas.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 21 de jul. de 2020.

BRASIL. *Decreto no 9.099, de 18 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 19 de jul. de 2017.

BRASIL. *Edital de convocação 01/2018 – CGPLI*. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o programa nacional do livro e do material didático. PNLD 2020. Diário Oficial da União:

seção 3, Brasília, DF, no 60, p. 31, 28 de mar. de 2018.

BRASIL. *Edital de Convocação 02/2018 – CGPLI*. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o programa nacional do livro e do material didático – PNLD 2018 literário. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, no 75, p. 40, 19 de abr. de 2018.

CALDAS, Elaine Formentini. *A Trajetória dos Programas Oficiais de Leitura e da Biblioteca Pública no Brasil Durante o Período de 1937-2004*. 2005. 182 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. Políticas Públicas de Fomento à Leitura no Brasil: uma análise (1930-2014). *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, out./dez. 2018.

Histórico do Programa Nacional do Livro Didático. Site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Brasil. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em 21 de jul. de 2020.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1985.

PROLER. Programa Nacional de Incentivo à Leitura. PROLER: concepção, diretrizes e ações. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Ministério da Cultura; Programa Nacional de Incentivo à Leitura, 1998.

Nota

³ Este trabalho é parte das atividades do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Sociedade - certificado no CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3924794138215956 - e está inserido em um projeto mais amplo realizado junto ao acervo do escritor Ricardo Ramos e denominado “Acervo de Ricardo Ramos: disponibilização e organização de 1975 - 1980”, financiado pela UNEMAT/PRPPG e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil.